

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Períodos da História do Brasil;
- Chegada do europeu em 1500;
- Nega-se a tradição cultural do nativo;
- Os jesuítas não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos;

PERÍODO JESUÍTICO: 1549 - 1759

- A **Companhia de Jesus** foi fundada por **Inácio de Loiola**, no contexto da contra-reforma católica;
- **Padre Manoel de Nóbrega, Irmão Vicente Rodrigues, José de Anchieta;**
- Os jesuítas se dedicaram a pregação da fé católica e ao trabalho educativo;
- As escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*.

- Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes;
- Criaram as **reduções** ou **missões**, no interior do território;
- 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777;

- Quinhentos padres jesuítas, expulsos pelo Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares.
- O Alvará de 28 de julho de 1759 determina a instituição de aulas de gramática latina, aulas de grego e de retórica, além de criar o cargo de "*Diretor de Estudos*".

PERÍODO POMBALINO

(1760 - 1808)

- Pouca coisa restou de prática educativa no Brasil. Continuaram a funcionar o Seminário episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro;
- A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado;

- O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.
- · **A Reforma Pombalina de Educação** substituiu o sistema jesuítico e o ensino é dirigido pelos vice-reis nomeados por Portugal. · É instituído o "*subsídio literário*", imposto destinado a manutenção dos ensinos primário e médio.
- Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

Período Joanino: 1808-1821

- 1808, permitiu uma nova ruptura com a situação anterior;
- D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia;
- São fundadas a Escola de Medicina da Bahia (em Salvador) e a do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ). Entre 1809 e 1810 ainda são fundadas a Real Academia Militar do Rio de Janeiro e a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro.

PERÍODO IMPERIAL: 1822 - 1888

- Processo de Independência do Brasil – Revolução Liberal do Porto – 1820;
- Em 1824 é outorgada a primeira **Constituição brasileira**. O Art. 179 desta **Lei Magna** dizia que a "*instrução primária e gratuita para todos os cidadãos*";
- Para suprir a falta de professores institui-se o **Método Lancaster**, ou do "*ensino mútuo*", onde um aluno treinado (decúria) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor.

- Em 1826 um **Decreto** institui quatro graus de instrução: **Pedagogias** (escolas primárias), **Liceus**, **Ginásios** e **Academias**;
- Em 1834 o **Ato Adicional à Constituição** dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário;
- 1827 Uma **Lei Geral**, de 15 de outubro, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino.

- 1872, Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias. O índice de analfabetismo era de 66,4%;

Primeira República:

1889-1929

- Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista;
- **A Reforma de Benjamin Constant** tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira;
- Substituir a predominância literária pela científica;
- percentual de analfabetos no ano de 1900, segundo o **Anuário Estatístico do Brasil**, do **Instituto Nacional de Estatística**, era de 75%;

- A ênfase literária e clássica de nossa educação tem seus dias contados;
- É fundada a **Academia Brasileira de Letras** por Machado de Assis;

PERÍODO DA SEGUNDA REPÚBLICA: 1930 - 1936

- A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial;
- uma geração de grandes educadores, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior;

- A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação;
- Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes;

- "Reforma Francisco Campos":
- O **Decreto 19.850**, de 11 de abril, cria o **Conselho Nacional de Educação** e os **Conselhos Estaduais de Educação** (que só vão começar a funcionar em 1934).
 - O **Decreto 19.851**, de 11 de abril, institui o **Estatuto das Universidades Brasileiras** que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
 - O **Decreto 19.852**, de 11 de abril, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
 - O **Decreto 19.890**, de 18 de abril, dispõe sobre a organização do ensino secundário.
 - O **Decreto 20.158**, de 30 de julho, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
 - O **Decreto 21.241**, de 14 de abril, consolida as disposições sobre o ensino secundário;

- 1934 foi criada a Universidade de São Paulo;
- Em 1930, os alunos matriculados nas escolas correspondem a 30% da população em idade escolar;
- 1932 – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - , "*a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional*". Este **Decreto** resultou na implantação de um currículo enciclopédico;

- Em 1936, os poderes públicos mantêm e controlam 73,3% das escolas do país;
- Vinte e quatro por cento das escolas particulares não obedecem aos padrões oficiais de ensino.

Estado Novo: 1937-1945

- A nova Constituição é outorgada em 10 de novembro de 1937 – “a Polaca”;
- A preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional;

- Propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação;
- Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias;

- É criada a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP;
- Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas pelas seguintes Decretos-lei, durante o Estado Novo:
 - O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.
 - O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial.
 - O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário.

- O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI.
- O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca;
- O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes;

- O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial;

Nova República: 1946-1963

- Movimento a favor da escola pública, universal e gratuita;
- 196: criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Constituição de 1946, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional;

- Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930;
- Em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético;
- Em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura – MEC;

- Em 1961 a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte;
- A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos;
- Ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Regime Militar – Período Ditatorial: 1964-1985

- Criam-se agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação. Amplia-se o ensino obrigatório de quatro a oito anos;
- A partir de 1964 muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos;
- União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar;

- Grande expansão das universidades no Brasil;
- Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL . Aproveitando-se, em sua didática, no expurgado Método Paulo Freire, o MOBRAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil, mas não obteve êxito. Entre denúncias de corrupção, acabou sendo extinto;

- Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971;
- Formação educacional de cunho profissionalizante;
- Fim da disciplina de História, Geografia, Filosofia e Sociologia;
- Criação dos Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e OSPB – Organização Social e Política do Brasil;
- Fechamento das faculdades de História...

Abertura política e democracia: 1986-2006

- Em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo projeto de educação que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996 – LDB 9394/96;
- Collor de Mello, em 1990, lança o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACs, em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, do Rio de Janeiro, existentes desde 1982;

- FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério;
- PAIUB – Programa de avaliação institucional;
- SAEB – Sistema Nacional de avaliação da Educação Básica;
- ENEM – Exame nacional do ensino médio;
- PCNs – Parâmetros curriculares nacionais;
- ENC – Exame nacional de cursos;

O Atual Sistema Educacional Brasileiro

- Declínio acentuado da taxa de analfabetismo, expressivo aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino e gradual crescimento da escolaridade média da população;
- O mesmo não pode ser dito em frente aos indicadores de qualidade e eqüidade;
- A taxa de analfabetismo declinou de 39,5%, em 1960, para 20,1%, em 1991;


- O perfil do analfabetismo no País mantém um forte viés regional;
- O problema atual do ensino fundamental não se situa tanto em termos de acesso, mas sobretudo dos fatores extra e intra-escolares que dificultam a permanência na escola;
- Taxas de abandono extremamente elevadas, chegando a 30% em algumas regiões;

- O sistema educacional brasileiro possui uma das menores cargas horárias na escola fundamental – exemplo: Holanda 1000 horas/aula por ano, Brasil 667 horas/aula por ano;
- A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema de educação superior;

- A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos;
- O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, cabendo ao Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- O ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional;

- Além do ensino regular, integram a educação formal:
- A educação especial, para os portadores de necessidades especiais;
- A educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada;
- A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o objetivo de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O ensino de nível técnico é ministrado de forma independente do ensino médio regular. Este, entretanto, é requisito para a obtenção do diploma de técnico;

- A educação superior abrange os cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado e cursos de especialização. A partir da LDB de 1996 foram criados os cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, que são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino superior.



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.

BREJON, Moysés. (org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus:** leituras. 7. ed. São Paulo: Pioneiras, 1976.

PILLETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau.** 22. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **História da educação no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1992.